
A APRENDIZAGEM COOPERATIVA COMO UM RECURSO PARA A EDUCAÇÃO EM VALORES SOCIOMORAIS NA ESCOLA

Francisane Nayare de Oliveira Maia¹

Laís Barbosa Marques²

Cilmara Cristina Rodrigues Mayoral Brunatti³

Alessandra de Morais⁴

Resumo

O presente artigo tem por objetivo demonstrar e analisar, por meio de um ensaio teórico, algumas possibilidades de se trabalhar a Educação em Valores Sociomorais na escola por meio da Aprendizagem Cooperativa. Como referencial teórico são utilizados autores que ressaltam a importância da cooperação na aprendizagem e no desenvolvimento do sujeito, de modo que para as discussões acerca da Educação em Valores e seus fundamentos teóricos, tem como base autores da Psicologia Genética e para as discussões sobre Aprendizagem Cooperativa foram referenciados estudiosos desse campo. No decorrer do artigo são expostas algumas considerações sobre a temática de Educação em Valores, que ressaltam a sua importância para que os estudantes aprendam a dialogar e para que possam resolver conflitos em busca de uma boa convivência. Nesse sentido, para se ter uma boa convivência, é preciso práticas constantes que promovam uma Educação em Valores Sociomorais, já que o desenvolvimento moral está relacionado à qualidade das relações que se apresentam nos ambientes sociais nos quais a criança interage. Além disso, são apontados alguns elementos essenciais para que o desenvolvimento moral ocorra, como as interações entre pares no ambiente escolar, a heterogeneidade, a cooperação e as discussões, que podem ser trabalhadas por meio de algumas técnicas da Aprendizagem Cooperativa. Desse modo, com o presente artigo, é evidenciada a importância da implementação de metodologias como a Aprendizagem Co-

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista, "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Campus de Marília. E-mail: framaia23@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2752-2437>.

² Mestranda em Educação pelo Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista, "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Campus de Marília. E-mail: laais.marques@outlook.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4864-5919>.

³ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista, "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Campus de Marília. E-mail: cillrodrigues@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1984-2622>.

⁴ Professora Assistente do Departamento de Educação e Desenvolvimento Humano e do Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista, "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Campus de Marília. E-mail: alemorais.shimizu@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5521-9307>

perativa para trabalhar a Educação em Valores, acolhendo-se, assim, as diversidades representadas no grupo-sala e na escola, bem como promovendo-se interações entre os colegas de sala.

Palavras Chave: Educação. Educação em Valores Sociomorais. Aprendizagem Cooperativa.

COOPERATIVE LEARNING AS A RESOURCE FOR EDUCATION IN SOCIALMORAL VALUE AT SCHOOL

Abstract

This article aims to demonstrate and analyze, through a theoretical essay, some possibilities of working on Sociomoral Values Education at school through Cooperative Learning. Theoretical frame of reference is based on authors who emphasize the relevance of cooperation in learning and development of the subject, in such a way that for discussions about Values Education and its theoretical foundations, it is based on authors of Genetic Psychology and for discussions on Cooperative Learning, scholars of this field were referenced. Throughout the article, considerations on Values Education are exposed, which emphasize its significance for students on dialogue, and skills learning process, in order to resolve conflicts aiming a good relationship. In this respect, attempting a good relationship, continual practices are demand to promote Socio-moral Values Education, considering that moral development is related to the quality of relationships which is presented on social environments on which the child interacts. In addition, some fundamental elements are demonstrated for moral development to occur, such as interactions between peers in the school environment, heterogeneity, cooperation and discussions, which can be worked on through some techniques of Cooperative Learning. Thus, this article manifests the relevance of implementing methodologies such as Cooperative Learning to work on Values Education, as embracing the diversity represented in the classroom group and at school, as well as promoting interactions to each of the classmates.

Keywords: Education. Socio-moral Values Education. Cooperative Learning.

Introdução

A escola é um dos espaços mais propícios para o estabelecimento de diversos modos de relações, e a natureza dessas relações interfere, positiva ou negativamente, na formação autônoma de cada indivíduo. Portanto, são necessárias práticas que contribuam para se ter uma boa convivência e que promovam a Educação em Valores no ambiente educacional. Nesse contexto, este arti-

go tem por objetivo descrever e analisar aspectos da Aprendizagem Cooperativa que podem favorecer o desenvolvimento de uma Educação em Valores Sociomoraes na escola.

Com base na Epistemologia e Psicologia Genéticas, pode-se considerar que a qualidade das relações sociais é primordial para a construção da personalidade dos estudantes, devendo-se, portanto, estar atento para as práticas presentes na escola, a fim de que o trabalho desenvolvido seja permeado por princípios pautados na democracia, na justiça, no respeito mútuo, na solidariedade e na cooperação. As ações e vivências que buscam relações interpessoais mais respeitadas e justas, incluem-se nas denominadas práticas morais e podem ser um caminho efetivo para que os alunos se construam como personalidades morais autônomas.

Nesse sentido, apresentamos neste texto algumas possibilidades para se trabalhar a Educação em Valores, por meio de técnicas da Aprendizagem Cooperativa, uma vez que essa estratégia de ensino e aprendizagem contempla as necessidades de uma sociedade multicultural e diversificada como a atual. Além disso, o emprego da Aprendizagem Cooperativa supõe a transformação da sala de aula em um contexto inclusivo, pois ela acolhe as diversidades e atende a todos, de modo a assegurar a atenção adequada às necessidades de cada um dos estudantes.

Desse modo, este artigo é organizado em dois momentos: a primeira parte aborda a Educação em Valores, com ênfase nas práticas morais que contribuem para a formação do sujeito autônomo e, na segunda, é apresentada a metodologia da Aprendizagem Cooperativa, com destaque para a sua relevância no trabalho com a Educação em Valores no ambiente educacional.

Trata-se de um ensaio teórico com consulta em materiais já publicados (artigos, dissertações e livros), e documentos institucionais de órgãos públicos, porém não se caracteriza por pesquisa bibliográfica sistematizada e/ou documental. (GIL 2010). As fontes bibliográficas utilizadas para responder aos objetivos formulados neste estudo foram selecionadas conforme a relevância temática e científica, considerando-se o escopo em pauta.

Educação em Valores na Escola, por quê?

Uma das questões mais discutidas no ambiente educacional é sobre se deve ou não educar em valores na escola. Porém antes de nos voltarmos a essa questão, faz-se necessário explicitarmos o que compreendemos por uma Educação em Valores, conforme o referencial aqui adotado e, ainda, primeiramente, apresentar como Piaget conceitua valor.

De acordo com Piaget (1954/2014) valor consiste em um conjunto de sentimentos projetados sobre determinado objeto, dando-lhe uma marca afetiva, de modo a se estabelecer uma ligação afetiva entre o sujeito e o objeto, ou seja, implica em uma troca afetiva. Com base nesse autor, Freitas (2003) afirma que a afetividade diz respeito ao fator energético presente em uma conduta, sendo a atribuição de valor às atividades e a respectiva regulação da energia decorrente dela, porém será o valor que determinará as energias empregadas em determinada ação. Conforme Araújo (2007) os valores e avaliações que realizamos no dia a dia fazem parte de uma dimensão geral da afetividade, sendo o valor seu resultado, o qual é erigido a partir das projeções afetivas que o sujeito realiza em suas interações com os objetos.

Freitas (2003) esclarece que apesar de em sua obra Piaget não abordar os valores em si, buscou precisar as condições necessárias para que se construísse uma escala de valores, pelo sujeito, levando-se em consideração desde as

trocas iniciais da criança com o meio até a elaboração dos valores ideais coletivos. Nesse mesmo sentido, Piaget (1954/ 2014) aponta que o sistema de valoração no ser humano evolui para níveis mais equilibrados, chegando-se a uma escala de valores.

Segundo Araújo (2007), os valores originados inicialmente do sistema de regulações energéticas estabelecidas entre o sujeito e o meio vão se constituindo gradualmente pelas relações do sujeito com os objetos, as pessoas e consigo mesmo, em um sistema mais amplo e estável, que possibilitará ao indivíduo estabelecer normas próprias de conduta, organizadas em uma escala normativa de valores, as quais terão efeitos importantes sobre sua consciência e ação. Tal sistema de valores, construído por cada indivíduo, em suas interações com o meio (interno e externo), incorporam-se à sua identidade, de modo a constituírem as bases das representações de si. Nesse sistema, conforme a intensidade da carga afetiva vinculada, alguns valores terão um posicionamento central na identidade do sujeito, e outros, por sua vez, estarão situados de modo mais periférico. Araújo (2007) adverte que apesar desse sistema não ser compreendido de modo estático, uma vez que se organiza de forma complexa e com inter-relações constantes entre seus elementos, as quais apresentarão suas especificidades conforme as diferentes situações e contextos, quanto mais intensa a carga afetiva vinculada a um valor, mais central será o papel que exercerá na identidade do sujeito, mostrando-se mais estável nas diferentes circunstâncias.

Sobre os tipos e conteúdos que os valores podem abarcar, temos os mais diversos possíveis, dentre os quais destacamos os de natureza sociomoral, que dizem respeito aos investimentos afetivos projetados em princípios universalizáveis, ideias, sentimentos, ações e regras considerada justas e boas para o indivíduo e a coletividade, ou seja, são aqueles valores que são fundamentais para que os seres humanos vivam bem em comunidade e consigo mesmos.

Nesse sentido, na constituição da identidade de um sujeito, quanto mais se configurarem como centrais os valores sociomoraes, maior a possibilidade desse indivíduo pensar e agir eticamente.

Nesse ponto, podemos chegar na Educação em Valores e no papel da escola. Segundo Araújo (2007), cabe à escola efetivar procedimentos que aumentem a probabilidade de que os valores sociomoraes sejam alvo de investimentos afetivos, de modo a se constituírem como valores aos estudantes e demais membros da comunidade escolar. Para isso, é necessário o desenvolvimento de propostas educacionais, por meio das quais, a instituição assuma novas formas de organização em seu currículo, nas relações interpessoais, nas práticas pedagógicas, nas relações com o entorno, de modo a propiciar a vivência cotidiana com aqueles valores sociomoraes desejáveis em nossa sociedade.

Nesse sentido, segundo Maia (2019), é necessário que a criança possa ter experiências de vida social para aprender a viver em grupo, e a escola é um local muito apropriado para essa vivência. É válido ressaltar que, segundo a autora, para que os valores se desenvolvam, é necessário que o indivíduo seja ativo nessa construção e, além disso, é importante que no ambiente escolar o estudante possa vivenciar essas relações com qualidade. Segundo Vinha e Tognetta (2009), diversos estudos afirmam que o desenvolvimento moral tem relação com a qualidade das relações presentes nos ambientes sociais, nos quais as crianças interagem e, claramente, essas relações, não ocorrem somente no âmbito familiar, sendo assim, a escola também é responsável por uma Educação em Valores que sejam universalizáveis.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (BRASIL, 1997), o primeiro tema transversal que deve ser trabalhado na escola é a Ética, por estar presente nas relações entre os agentes que constituem a institui-

ção: estudantes, professores, funcionários e pais. No documento, o tema Ética traz a proposta de que a escola realize um trabalho que possibilite o desenvolvimento da autonomia moral e, para isso, são eleitos como eixos de trabalho quatro blocos de conteúdo: “Respeito Mútuo, Justiça, Diálogo e Solidariedade, valores referenciados no princípio da dignidade do ser humano.” (BRASIL, 1997, p. 26).

Além dos PCNs, destacamos a relevância que a BNCC (BRASIL, 2017) traz à Educação escolar atual no referente à Educação em Valores Sociomorais, uma vez que se caracteriza como um documento normativo, que visa a garantia de uma formação humana integral, portanto que contemple e integre as diferentes dimensões e direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, de forma a resguardar também a dimensão sociomoral. Nesse sentido, a BNCC (BRASIL, 2017) reconhece o papel da Educação na afirmação de valores universalizáveis e defende que o trabalho com as aprendizagens essenciais deve assegurar o desenvolvimento de dez competências gerais, nas três etapas da Educação Básica, configurando-se como direitos essenciais dos estudantes em sua formação, cabendo às instituições educativas explicitá-los no âmbito das práticas, currículo e projeto político pedagógico.

Na BNCC (BRASIL, 2017), compreende-se por competência o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que se mobilizam para a resolução dos diferentes aspectos da vida diária, do mundo do trabalho e do exercício da cidadania. Ao nos voltarmos para as dez competências gerais abordadas no documento em pauta, constatamos que, além de se articularem entre si, todas fomentam, de algum modo, uma formação voltada à construção de valores sociomorais, trazendo em seu âmago aspectos fundamentais, dentre os quais: a valorização e uso dos diferentes tipos de conhecimentos, culturas, saberes, manifestações artísticas e linguagens, a fim de contribuir para a construção

de uma sociedade justa, inclusiva, democrática; o exercício da capacidade comunicativa, crítica, reflexiva, analítica, imaginativa, criativa para a resolução das diferentes problemáticas inerentes às demandas da vida social, atuando com protagonismo, autonomia, liberdade, responsabilidade de modo a ser coerente com a vida pessoal e coletiva, e a capacidade de diferenciar e coordenar os diferentes pontos de vista de modo a exercitar o diálogo, a cooperação, a resolução assertiva de conflitos, a empatia e o respeito aos direitos humanos e princípios éticos fundamentais, valorizando e agindo em prol do cuidado a si mesmo, ao outro e ao planeta.

Nesse mesmo sentido, podemos citar La Taille (2006), que ressalta a importância de a Educação focar no desenvolvimento moral, pois uma educação que visa de fato o desenvolvimento da autonomia e não apenas o cumprimento de regras, não pode se limitar a transmissão e imposição de normas. Em consonância com a ideia acima, a escola pode favorecer o desenvolvimento da autonomia moral, porém deve ter consciência dos meios e fins dessa educação e prezar para que haja coerência entre eles.

No livro, *O juízo moral na criança*, Piaget (1932/1994) discute sobre as regras do jogo de bolinha, e evidencia, com o apoio de entrevistas realizadas com crianças e pré-adolescentes, como se dão as relações entre eles e as regras, pois os jogos infantis se compõem em instituições sociais, e o jogo utilizado se constitui em um sistema complexo de regras. Para o autor (1932/1994, p. 23) “[...] toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras [...]”. Na mesma obra, Piaget ainda ressalta que as regras as quais as crianças aprendem a respeitar, são em sua maioria transmitidas pelos adultos, ou seja, elas já recebem as regras prontas, e dificilmente são elaboradas a partir de suas

necessidades, diferentemente dos jogos sociais, em que as regras são construídas e transformadas pelas próprias crianças.

Em suas observações, Piaget (1932/1994) identificou de que forma os indivíduos se ajustam às regras e quais são os entendimentos que se têm sobre elas, levando em consideração a idade e o desenvolvimento e como os indivíduos adquirem consciência e domínio da regra. Nesse sentido, o autor identifica três momentos: a anomia, a heteronomia e a autonomia. A anomia é natural na criança pequena, e é a ausência da consciência das regras. Já a heteronomia seria a falsa liberdade, uma vez que o sujeito age de acordo com as leis vindas de outros, ou seja, as atitudes e regras decorrem de uma força exterior ao sujeito.

De acordo com Piaget (1932/1994), a consciência moral evolui da heteronomia para a autonomia, pois corresponde ao momento em que o sujeito é regulado pelos seus próprios valores, no qual predomina o respeito mútuo, baseado nas relações de cooperação em que todos são iguais e têm voz ativa. Por sua autonomia o indivíduo é livre para fazer suas escolhas de forma racional. Para Piaget (1932/1994), a cooperação começa nas relações entre as crianças, pois geralmente não há hierarquia entre elas, uma vez que convivem na condição de iguais. As relações interpessoais fazem parte da vida da criança desde o nascimento, e o ambiente deve proporcionar condições para que haja interação da criança com outros indivíduos, de forma a favorecer a cooperação.

Assim, Piaget (1968/2006) ressalta a importância da qualidade das interações sociais para que essa evolução ocorra, visto que as normas lógicas e morais são resultantes de todo um processo de cooperação. Além das interações e transmissões sociais, o autor afirma a relevância de demais fatores responsáveis pelos mecanismos envolvidos no desenvolvimento mental, a saber: o crescimento orgânico, em especial, a maturação biológica; o papel do exercício e da

experiência na ação efetuada sobre os objetos, sendo contempladas dois tipos de experiência, a física, que consiste em agir sobre os objetos com o propósito de abstrair suas propriedades, e a lógico-matemática, que consiste em agir sobre os objetos para conhecer o resultado da coordenação das próprias ações; e por fim, com importante papel na conciliação da contribuição dos fatores primeiramente citados, está o processo de equilíbrio, que consiste nas compensações ativas do sujeito em resposta às perturbações do meio, de modo a promover a construção das estruturas mentais.

Portanto, de acordo com Assis (2003), a Educação possui um papel fundamental no desenvolvimento integral da criança, por meio de oportunidades de trocas do sujeito com o mundo físico e social, e promoção de práticas que desencadeiem processos de equilíbrio, possibilitando-se, assim, a construção de instrumentos psicológicos que permitam raciocinar logicamente, e conquistar a autonomia moral e intelectual.

Nesse sentido, Maia (2019) destaca a importância de construir no ambiente escolar, junto aos professores e gestores, meios que contribuam para que os indivíduos possam desenvolver sua autonomia, e para que isso ocorra é necessário fomentar práticas morais que tenham o objetivo principal de formar cidadãos críticos, capazes de se desenvolver integralmente e fazer suas próprias escolhas. A autora ainda ressalta que a comunidade escolar desempenha um papel fundamental na formação dos estudantes e na construção de uma sociedade mais justa, portanto, educar moralmente é também papel da escola.

Para Araújo (2008), é importante que os estudantes tenham em suas rotinas atividades que colaborem para a construção de valores morais, pois essas vivências podem contribuir para a promoção de um convívio mais democrático e cooperativo, além de auxiliar no desenvolvimento de habilidades inter-

peçoais, já que a escola e a sala de aula são espaços privilegiados que ocupam papéis essenciais no processo de desenvolvimento moral do estudante e na promoção de valores como os de respeito, justiça, democracia e solidariedade. Em consonância a isso, Araújo (2008) ainda ressalta a importância de um trabalho baseado na prática cotidiana por meio de conflitos diários e não de forma teórica.

As práticas morais são uma importante ferramenta no ambiente escolar, e para Puig (2004), elas permitem a revisão de conceitos que ajudam a entender o modo como acontece o processo de construção da moralidade na relação do estudante com o meio, pois as práticas morais são valores e virtudes que se convertem em comportamentos. Por isso, segundo Maia (2019), é necessário pensar em um trabalho que priorize a convivência democrática entre os estudantes, professores e demais membros da comunidade escolar, uma vez que não é possível formar estudantes, para viverem democraticamente, a partir de um ambiente onde as experiências e relações sejam de autoritarismo, violência e competição. É importante estar atento para os valores e práticas presentes na escola para que o trabalho desenvolvido seja permeado por princípios pautados na democracia, na justiça, no respeito mútuo, na solidariedade e na cooperação.

De acordo com Araújo (2008) um ambiente escolar, cujo currículo se baseia apenas no mundo externo, nas limitações espaço-temporais e não leva em consideração as relações humanas, deixa de cumprir o seu papel social. Dessa forma, para que se consiga romper com a tradição autoritária de imposição dos valores pessoais de quem detém o poder institucional dentro da escola, é necessário outro modelo de Educação, pois se levar em consideração o modelo vigente na Educação Brasileira, é comum encontrar, com base em Becker (2001), uma sala de aula com as carteiras enfileiradas e afastadas para evitar conversas, a mesa do docente e uma lousa a frente, e os estudantes em silêncio, uma vez

que caso isso não aconteça, o professor aumenta o tom de voz para que ele inicie a sua aula de forma centralizada.

Tais aspectos podem ser indícios de uma Pedagogia que podemos chamar de Tradicional, com relação à qual Piaget (1935/1998) já fazia advertência na década de 1930, tecendo críticas à tarefa de longa data da escola de transmissora de conhecimentos, de modo a priorizar, ou exclusivamente se utilizar, do ensino conteudista e verbalista, em que a relação social prevalente é do adulto sobre a criança, tendo-se nesse modelo a concepção de que “[...] sendo o professor o detentor dos conhecimentos exatos e o perito nas técnicas a serem adquiridas, o ideal é a submissão da criança à sua autoridade, e todo o contato intelectual das crianças entre si nada mais é que perda de tempo e risco de deformações e erros”. (PIAGET, 1935/1998, p. 138).

Esse tipo de modelo pedagógico, inevitavelmente incorre em um ambiente autoritário, no qual, segundo DeVries e Zan (1998), as regras e normas são ditadas pelo professor, de modo que geralmente os comportamentos e respostas considerados “certos” são premiados, enquanto os “errados” são punidos, o que pode dificultar o desenvolvimento da autonomia nos estudantes. Contudo, é essencial pontuar que às vezes esse professor, segundo Becker (2001), faz uso de tais práticas por ter sido ensinado nesse modelo, e que sem uma reflexão crítica acerca dessas práticas, acaba por reproduzi-las na crença de serem boas para o desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes.

Uma das questões mais prejudicadas, propositalmente, por essa Pedagogia é, sem dúvida, as interações entre pares que, nessa concepção, são vistas como algo ruim por romperem com o silêncio na sala e muitas vezes acarretarem conflitos. Entretanto, com base em DeVries e Zan (1998), as interações entre pares são importantes e favorecem o desenvolvimento social, moral e inte-

lectual, por dois motivos: primeiro por oportunizar uma igualdade entre os companheiros, que pode levar ao reconhecimento da reciprocidade e de adoção de perspectiva, uma vez que entre pares os estudantes possuem maiores oportunidades de pensar e agir de forma autônoma, ainda que essa autonomia às vezes possa ser violada, como ressalta as referidas autoras; e segundo, porque ao entrar em contato com os pares, os estudantes conseguem perceber as semelhanças existentes entre eles, o que resulta em uma motivação de contato. Conforme DeVries e Zan (1998, p. 61)

Esses contatos são esforços sociais, morais e intelectuais. No curso da interação com colegas, as crianças constroem a consciência e a diferenciação de si mesmas e dos outros, esquemas de reação social e cooperação no pensamento e ação.

Assim, fica nítido que a interação entre pares é importante e que os conflitos e discussões que dela decorrem são benéficos (quando as resoluções deles envolvem a participação e reflexões dos estudantes) e propícios para o desenvolvimento de uma Educação em Valores, pois isso não pode ser realmente aprendido, senão pela vivência e prática constante.

Um modelo pedagógico que dificilmente dê espaço e valorize essas interações, inviabiliza uma verdadeira Educação em Valores, pois para que essa Educação ocorra de fato, é preciso pensar em uma escola mais democrática baseada em relações que respeitem a diversidade e a pluralidade de pensamentos, sentimentos e ações de seus membros. Para a construção desse tipo de ambiente escolar, contudo, é necessário a implementação de metodologias em que os professores possibilitem uma interação significativa entre os estudantes e respeitem o desenvolvimento de cada aluno, conscientes de que a diversidade leva a trocas significativas do sujeito consigo e com o meio a sua volta. Por tal motivo, demonstramos e analisamos, a seguir, como a Aprendizagem Cooperativa pode ser uma profícua aliada à Educação em Valores Sociomorais.

Breve contextualização histórica da importância da cooperação na aprendizagem

O conceito de trabalho em grupo, com base em Lopes e Silva (2009), não é uma abordagem nova, em razão de consistir em uma idealização humana muito antiga. De acordo com os autores, o filósofo Sócrates, desde o século IV a.C., já desenvolvia em pequenos grupos, atividades ligadas ao ensino para seus discípulos. Ademais, segundo os autores, no século I d.C., Quintiliano, em sua obra *De Institutione oratoria*, ressaltava os benefícios provenientes do ensino mútuo entre estudantes.

Um outro autor apontado por Lopes e Silva (2009), é o filósofo e pedagogo norte-americano John Dewey, que agregou ao seu projeto de ensino o uso de equipes cooperativas. Além disso, Dewey (1979, p. 6) também reiterava a importância do trabalho coletivo e das interações para o desenvolvimento e aprendizagem, pois para ele “Um homem que realmente vivesse só (mental ou fisicamente) poucas ou nenhuma ocasiões teria para refletir sobre sua experiência passada ou para extrair-lhe a clara significação.”. Nesse sentido, é importante levar em consideração essa afirmação do autor, visto que os seres humanos são membros inseridos em uma sociedade, na qual experimentam e aprendem todos os dias, o que contribui para que desenvolvam suas capacidades psicológicas e sociais, elementos fundamentais para a vida em sociedade.

Ademais, Dewey (1979) entende que a sociedade democrática deve contar com a participação do maior número possível de indivíduos, vivenciando a experiência do grupo e a interação entre os vários grupos. Essa perspectiva democrática de sociedade rejeita divisões ou oposições que levem ao isolamento de pessoas ou grupos. Quanto à escola, o autor compreende que ela deve ser

um ambiente no qual os professores e os estudantes possam partilhar, aprender e ensinar ao mesmo tempo.

Como uma metodologia sistematizada, que implica em um conjunto de atividades organizadas para atingir determinadas finalidades, e que se apoia em elementos que lhes são essenciais, sobre os quais discorreremos adiante, a Aprendizagem Cooperativa tem, segundo Echeita (2012), seu desenvolvimento nos Estados Unidos, desde a década de 1970, pelos irmãos Roger e David Johnson, e, posteriormente, por Spencer Kagan e Slavin. Na Espanha, ainda conforme Echeita (2012), ganham destaque os estudos de Ovejero; Echeita e Martín; María José Díaz-Aguado; Duran; Pere Pújolas; Moruno, Sánchez e Zariquiey. Em Portugal, podemos citar as obras de Lopes e Silva (2008, 2009).

Com relação a pesquisas internacionais sobre os efeitos da Aprendizagem Cooperativa, destaca-se a meta-análise realizada por Johnson, Johnson e Stanne (2000), em que de 900 estudos levantados, 164 foram selecionados e analisados por atenderem ao critério de inclusão de avaliar o impacto de um método específico da Aprendizagem Cooperativa no desempenho dos estudantes. Os resultados apontaram para a maior eficácia dos métodos de Aprendizagem Cooperativa quando comparados aos tradicionais, descritos pelos autores como individualistas e competitivos. Sobre esse estudo, Díaz-Aguado (2006, 2015) afirma que é uma das mais importantes sínteses feitas na área, uma vez que entre as 164 pesquisas analisadas se incluem trabalhos realizados em diferentes níveis educativos (desde a pré-escola até a formação de adultos ou a universidade), com alunos que pertenciam a diversos grupos sociais, em todo tipo de matérias e contextos, e por meio de uma ampla variedade de critérios como avaliação da aprendizagem e, por isso, a principal conclusão desse trabalho, sobre a superior eficácia da Aprendizagem Cooperativa com relação à aprendizagem individualista ou competitiva, tem um elevado valor de generalização.

No Brasil ainda são poucos e recentes os trabalhos a respeito, conforme levantamento realizado por Barbosa (2018), não obstante a autora aponta para pesquisadores (GOUVÊA, 2012; ROSSE, 2016; SILVA, 2016; BELLO, 2017; DEUS, 2017; FUSCO, 2017) que têm desenvolvido investigações de natureza interventiva, com o desenvolvimento da Aprendizagem Cooperativa, em escolas brasileiras de Educação Básica, o que é muito relevante por considerarem as especificidades de nosso contexto. Com relação a esses estudos, Barbosa (2018) constata que os resultados no emprego da Aprendizagem Cooperativa são positivos, de modo a apontarem para o bom desempenho dos estudantes mormente sobre os conteúdos escolares, uma vez que apesar de os pesquisadores trazerem a relevância dessa metodologia para o desenvolvimento de competências e habilidades sociais, o foco ainda predomina sobre o desempenho escolar e aprendizagem de conteúdos curriculares, em especial de Matemática e Língua Portuguesa, não sendo mencionado nessas pesquisas, seja no âmbito teórico ou empírico, seus efeitos sobre o desenvolvimento moral dos estudantes e na Educação em Valores. Outro aspecto observado é o de que as intervenções foram desenvolvidas de modo pontual, não demonstrando sua continuidade ao término das investigações, aspecto que justifica a importância de estudos que tratem da Aprendizagem Cooperativa no âmbito da formação inicial e continuada de professores.

Também podem ser citadas, como contribuições nacionais ao campo, as pesquisas de Brunatti (2019), Maia (2019), Magioni (2018) e Moraes (2019). Dentre as quais, destacamos as duas primeiras por serem de natureza interventiva e em escolas municipais de Ensino Fundamental, e que comprovaram os seguintes efeitos da Aprendizagem Cooperativa: favorece o desenvolvimento das habilidades sociais de formação e funcionamento em crianças do primeiro ano do Ensino Fundamental (BRUNATTI, 2019); promove a melhoria da quali-

dade das relações entre os estudantes e desses com o (a) professor (a) (BRUNATTI, 2019; MAIA, 2019); é um recurso coerente e eficiente, em termos de princípios e procedimentos, com a Educação em Valores Sociomorais (MAIA, 2019), e pode favorecer o desenvolvimento da autonomia intelectual e moral das crianças, e a participação na construção de regras, e por conseguinte, em sua legitimação e cumprimento, porém deve ser empregada de modo processual, contínuo e institucional, uma vez que implica em mudanças no ambiente sociomoral, o que não pode se restringir às relações na sala de aula para que esses efeitos sejam duradouros, efetivos e de impacto longitudinal (BRUNATTI, 2019; MAIA, 2019).

Dada essa breve contextualização histórica sobre a relevância da cooperação na aprendizagem e introdução à Aprendizagem Cooperativa, em termos de estudos já realizados, na sequência, apresentamos a Aprendizagem Cooperativa enquanto procedimento metodológico, com observações a respeito da escola em relação à formação integral dos estudantes e de outros elementos relevantes que propiciam condições para o trabalho cooperativo na aula.

Aprendizagem Cooperativa como metodologia de ensino e aprendizagem

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017), relata em seu texto original que a sociedade contemporânea aponta para um olhar inovador e inclusivo em relação aos assuntos centrais do processo educativo., principalmente, no que diz respeito ao: “[...] o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado [...]” (BRASIL, 2017, p. 14). Em seguida, comenta sobre o novo cenário mundial, com relação ao qual é necessário reconhecer seu contexto histórico e cultural, a fim de se reconhecer aquelas competências que se fazem necessárias, dentre as quais é importante contemplar no desenvolvimento e na aprendizagem dos estudantes, as competências cooperativas, assim como o

planejamento dos percursos dos estudantes na escola, a fim de garantir uma formação integral, que possibilite o desenvolvimento da autonomia para gerenciar a própria aprendizagem.

Ao nos determos ao que podemos conceituar, de modo geral, por Aprendizagem Cooperativa, evidenciamos como essa metodologia vai ao encontro das demandas apresentadas na BNCC (BRASIL, 2017), assim como ao que se propõe uma Educação em Valores que seja além de reflexiva, vivencial. De acordo com Lopes e Silva (2009, p. 4), a Aprendizagem Cooperativa é uma “[...] metodologia com a qual os alunos se ajudam no processo de aprendizagem, atuando como parceiros entre si e com o professor, visando adquirir conhecimentos sobre um dado objeto.”. Assim, é uma estratégia de ensino e aprendizagem, em que os estudantes trabalham em pequenos grupos heterogêneos, no qual cada um apresenta diferentes níveis de aprendizagem e de capacidades. Cada membro tem uma função específica e todos são responsáveis tanto pela própria aprendizagem quanto pela dos colegas, pois é um trabalho conjunto para o alcance de um objetivo comum, em que todos os estudantes assumem diferentes papéis, o que permite criar um ambiente estimulante que favorece novas descobertas, respeito mútuo e partilha de ideias.

Echeita (2012) relata que a Aprendizagem Cooperativa não é apenas uma alternativa metodológica para ensinar, é também uma estratégia com capacidade para articular as atitudes e os valores próprios de uma sociedade democrática, a fim de reconhecer e respeitar a diversidade humana. Para Slavin (1999) os métodos de Aprendizagem Cooperativa são estratégias estruturadas e sistematizadas que podem ser utilizadas em qualquer nível de escolaridade, desde que o professor se atente para a necessidade de fazer adaptações que contribuam para que as equipes alcancem os objetivos propostos.

É importante ressaltar que a Aprendizagem Cooperativa não pode se resumir em organizar os estudantes em grupos, pois só isso não garante a existência da cooperação. Lopes e Silva (2009) explicam que a cooperação não acontece apenas pelo fato de nossos alunos estarem em volta de uma mesa sentados e conversando enquanto, cada um, de uma forma individual realiza suas tarefas, ou pelo fato de os que terminam primeiro ajudarem os colegas. Para os autores a cooperação, vai além de estar fisicamente perto dos companheiros para discutirem a matéria, ela abrange ajuda mútua, partilha de materiais, discussões e resolução dos problemas apresentados, e o exercício dos papéis atribuídos dentro da equipe, os quais são de suma importância na Aprendizagem Cooperativa.

Johnson, Johnson e Holubec (1999) afirmam que a Aprendizagem Cooperativa é uma estrutura onde todos os estudantes interagem e trocam ideias e, na qual, organizados em pequenos grupos trabalham em conjunto para maximizarem sua própria aprendizagem e a dos colegas.

Slavin (1999) relata que os métodos de Aprendizagem Cooperativa têm como princípio básico o trabalho em grupos, ou seja, os estudantes devem trabalhar e aprender juntos. Assim, eles são tão responsáveis pelo aprendizado de seus colegas quanto pelo próprio. Para o autor, no trabalho cooperativo destacam-se os objetivos coletivos e o sucesso em conjunto, que só podem ser alcançados se todos os membros da equipe aprenderem. Nesse sentido, a responsabilidade individual está centrada em ajudar e aprender, assegurando que todos os membros da equipe compreenderam o conteúdo proposto, uma vez que o êxito da equipe depende da aprendizagem de todos do grupo.

Segundo Johnson, Johnson e Holubec (1999), para que a Aprendizagem Cooperativa aconteça são necessários cinco elementos essenciais:

- interdependência positiva;
- responsabilidade individual e de grupo;
- interação estimuladora, preferencialmente face a face;
- competências sociais,
- e o processo de grupo ou avaliação do grupo.

A interdependência positiva é o ponto central da Aprendizagem Cooperativa e diz respeito aos estudantes trabalharem juntos em pequenos grupos, para maximizar a aprendizagem de todos os membros da equipe, compartilharem recursos, oferecerem apoio mútuo aos colegas e celebrarem juntos cada conquista, pois compreendem que o êxito do grupo, depende do êxito de cada membro.

A responsabilidade individual e de grupo é o segundo elemento essencial da Aprendizagem Cooperativa, e implica no fato de cada membro do grupo assumir sua responsabilidade em relação ao trabalho a ser desenvolvido e ter claro os objetivos e seus esforços individuais e de cada membro. Assim, não podem 'se aproveitar uns dos outros', isto é, cada membro deve de fato cumprir sua parte, para conseguirem atingir o objetivo em comum.

Para que se alcance a interação estimuladora, preferencialmente face a face, é necessário que os grupos sejam pequenos, de dois a quatro membros. Tal interação diz respeito a facilitar a criação de condições de interação frente a frente, com possibilidades de que os estudantes trabalhem em conjunto, encorajem-se e facilitem as relações interpessoais, que são essenciais para o desenvolvimento dos valores pluralistas, ou seja, a existência de diferentes posições, opiniões ou pensamentos.

As competências sociais, quarto componente da Aprendizagem Cooperativa, consistem em propiciar vivências para que os estudantes desenvolvam algumas competências interpessoais e grupais que são de suma importância para o trabalho em equipe, tais como: saber esperar pela sua vez; elogiar os outros; partilhar os materiais; pedir e oferecer ajuda; falar em tom de voz apropriado; aceitar as diferenças, entre outras que são indispensáveis para se criar um clima de confiança e comunicação. Contudo, apenas pedir para que os estudantes trabalhem juntos não garante o desenvolvimento das competências essenciais para que o grupo funcione, dessa forma é necessária uma ação prática e reflexiva constante com mediações dos professores.

Já, o processo de grupo ou avaliação do grupo, é referente à avaliação da equipe. Nessa avaliação os membros averiguam se suas ações e as dos colegas foram, ou não, ao encontro dos objetivos propostos e, diante disso, tomam decisões sobre as ações que podem ser mantidas e as que precisam ser melhoradas. Tal processo é necessário para que o funcionamento do grupo melhore e para que os membros da equipe alcancem e mantenham relações de trabalho com êxito.

Expostas as condições essenciais da Aprendizagem Cooperativa, faz-se necessário discorrer sobre os tipos de formação dos grupos e atribuição de papéis, pois o trabalho da criação dos grupos não é separado do desenvolvimento das situações cooperativas na sala de aula, mas sim processos que estão inter-relacionados.

Para a formação dos grupos na Aprendizagem Cooperativa é preciso ter bem claro que não consiste em um simples agrupamento de pessoas, mas em algo maior e mais complexo que considera a colaboração e o desenvolvimento de seus membros.

Johnson, Johnson e Holubec (1999) apresentam três tipos de formação de grupos na Aprendizagem Cooperativa: os informais, os formais e os cooperativos de base. Os grupos informais são aqueles nos quais os estudantes trabalham juntos durante um prazo de tempo muito curto, podendo variar de poucos minutos a até uma aula inteira. O professor pode utilizá-los durante a aula em uma atividade de demonstração de um conteúdo ou para recolher opiniões, o que pode ser realizado por meio de uma conversa de 3 a 5 minutos entre os pares, antes e depois de um filme, vídeo ou de uma aula.

Os grupos formais funcionam por um período que pode ir de uma hora a várias semanas de aula. Nesses grupos os estudantes trabalham juntos para alcançarem um objetivo comum. As equipes formais garantem a participação ativa dos estudantes nas tarefas intelectuais.

Os grupos cooperativos de base, que são os priorizados na Aprendizagem Cooperativa, têm um funcionamento de longa duração, são equipes de aprendizagem heterogêneas (quanto a critérios pré-estabelecidos com a mediação do professor, conforme a realidade da turma, como gênero, etnia, desempenho acadêmico, habilidades de cooperação), com membros permanentes que podem variar de um bimestre a um semestre aproximadamente. Nesse tipo de agrupamento o principal objetivo é possibilitar que os integrantes deem apoio, ajuda e estímulo uns aos outros. As equipes de base propiciam aos membros relações responsáveis e duradouras que motivam os esforços e o cumprimento das obrigações na realização das tarefas. De acordo com Díaz-Aguado (2006, 2015), na composição das equipes de Aprendizagem Cooperativa deve-se distribuir a diversidade que existe no grupo-sala, de modo que cada grupo menor represente, em sua formação, a heterogeneidade de toda a turma. A necessidade de o professor mediar essa formação é para que se evite que os estudantes,

ao se agruparem unicamente conforme suas preferências, façam segregações e/ou reproduzam aquelas existentes em nossa sociedade.

Outro aspecto essencial nos trabalhos em grupo, dentro da Aprendizagem Cooperativa, é atribuição de papéis, necessária para que se estabeleça entre os estudantes um clima de cooperação e ajuda mútua. Esses papéis devem ser alternados conforme um determinado tempo ou atividade, e indicam o que cada membro deve fazer, e o que se pode esperar de cada elemento em relação ao papel a ser desempenhado. A seguir, é apresentado um quadro com os papéis que podem ser desempenhados nas equipes, os quais são passíveis de se diversificarem conforme as necessidades da sala e o desenvolvimento dos estudantes.

Quadro 1: Papéis para o funcionamento do grupo

PAPÉIS	ATRIBUIÇÕES
<p>GUARDIÃO DO MATERIAL</p> 	<ul style="list-style-type: none"> - pegar os materiais no início das atividades e recolhê-los ao final; - distribuir os materiais aos colegas de grupo; - ajudar e orientar os colegas quanto a manipulação e cuidado com o material.
<p>GUARDIÃO DO TEMPO</p>	<ul style="list-style-type: none"> - ficar com o relógio ou cronômetro; - informar aos colegas sobre o tempo restante da atividade;



- informar aos colegas quando o tempo se encerrar.

RELATOR DE IDEIAS



- relatar as informações, ideias, conhecimentos e conclusões levantados pelo grupo para o professor e/ou demais colegas da turma.

HARMONIZADOR



- verificar se todos os colegas participaram;
- incentivar e parabenizar os colegas;
- ajudar na mediação de conflitos.

Fonte⁵: Papéis construídos com base em autores da Aprendizagem Cooperativa (DÍAZ-AGUADO, 2015; LOPES; SILVA, 2009) e em intervenções desenvolvidas pelas autoras deste texto. Ilustrações de Luiz Fernando de Lima Coelho e Maria Luiza de Lima Coelho (2020).

A Educação em Valores Sociomorais por meio da Aprendizagem Cooperativa

A Educação em Valores Sociomorais pode e deve ser trabalhada na rotina escolar de modo constante, a começar pela maneira como as relações acontecem dentro da sala de aula e na escola. Contudo, existem possibilidades de se trabalhar essa temática de forma mais específica, como por exemplo, por

⁵ Neste texto, para as ilustrações, contamos com a participação especial de Luiz Fernando de Lima Coelho e Maria Luiza de Lima Coelho, de 14 anos. São irmãos gêmeos e estudantes, o Luiz Fernando gosta muito de desenhar e a Maria Luiza de pintar. Assim, de modo cooperativo e com interdependência de papéis aceitaram nosso convite para contribuírem com o texto. Agradecemos aos dois por trazerem ao texto suas artes e afirmamos que essa forma de expressão deve ser valorizada na escola e nos diferentes espaços/contextos da vida humana. Perguntamos a eles como foi fazer os desenhos e vê-los no texto. Vejamos os que responderam: “Foi top fazer os desenhos e ver eles no trabalho. Eu fiz várias crianças canhotas, porque eu sou canhoto e nunca vi um desenho em que a criança era canhota, então eu quis fazer de um jeito em que me representasse. Eu espero ver mais vezes meus desenhos em outros trabalhos. Eu agradeço e espero que quem ler o trabalho goste dos desenhos.” Luiz Fernando. “Para mim foi bom poder fazer isso com o meu irmão e ver os desenhos no trabalho. Eu adoro pintar, me faz muito bem. Enquanto eu pintava, me lembrei de quando eu estudava na Educação Infantil e a gente sentava em grupos, era muito legal e além disso eu podia expressar de verdade o que eu realmente queria nos desenhos e pintar do meu jeito. Agora, não Ensino Fundamental II, já não tem mais essa forma livre com os desenhos.” Maria Luiza.

meio de técnicas da Aprendizagem Cooperativa, as quais podem ser adaptadas conforme as mais diversas realidades e necessidades.

Assim, dentre a diversidade de estratégias da Aprendizagem Cooperativa, sugerimos, com base em Lopes e Silva (2008), algumas técnicas⁶ que podem ser empregadas na Educação em Valores, e que apesar de serem aplicáveis aos diferentes níveis de ensino, são apresentadas neste texto considerando-se a especificidade do anos iniciais do Ensino Fundamental, a fim de que possam ser melhor detalhadas tendo-se esse público como alvo.

Um exemplo é a técnica “Círculos concêntricos” (LOPES; SILVA, 2008).

Figura 1 – Círculos concêntricos



Fonte: Luiz Fernando de Lima Coelho e Maria Luiza de Lima Coelho (2020).

⁶ No livro, os autores consideram as três propostas que apresentaremos a seguir como métodos, porém, diante de demais referenciais da Aprendizagem Cooperativa (DURAN, 2012), consideramos que se tratam de técnicas, por serem algo mais pontual e sem a necessidade de habilidades específicas previamente formadas nos alunos.

Ela é uma técnica simples, e consiste, em organizar os estudantes em dois círculos, um dentro do outro, de modo que fiquem frente a frente com um colega. Por um determinado tempo, os estudantes conversam com seus pares sobre um tema, e conforme o sinal do professor, o círculo de dentro gira e novos pares se formam, de modo que repassem os *feedbacks* das discussões anteriores e construam novas discussões sobre o mesmo tema. As repetições para trocas podem variar conforme o objetivo, o tempo ou a necessidade da turma. Segundo Lopes e Silva (2008, p. 120) essa técnica pode desenvolver competências como “[...] partilhar informações e ideias, desenvolver ideias, conhecimento mútuo, comunicação, escuta ativa, resumir ideias dos outros, parafrasear, fazer perguntas.”.

Os “Círculos concêntricos” podem ser implantados em diversos momentos, para se trabalhar qualquer tema. Neste artigo, sugerimos essa atividade como inicial, para que os estudantes possam levantar opiniões, por exemplo, a respeito do que é o preconceito, o que é *bullying* e como evitar que aconteça, entre outros. Também pode ser uma sistematização final, para que após uma atividade, os estudantes possam discutir o que compreenderam/refletiram sobre determinado conteúdo.

Um outro exemplo é a técnica do “Grafite coletivo” (LOPES; SILVA, 2008).

Figura 2 - Grafite Coletivo



Fonte: Luiz Fernando de Lima Coelho e Maria Luiza de Lima Coelho (2020).

Ela consiste em organizar os estudantes em pequenos grupos, de preferência com quatro membros, ao redor de uma folha, dividida igualmente em partes conforme o número de participantes, de modo que em cada espaço tenha uma instrução. Cada estudante deve ficar com uma dessas partes e colocar o seu nome por baixo dela. Após um tempo determinado, o professor comunica a turma para que a folha gire e mude a posição dos espaços de desenho, com isso o estudante continua o desenho, porém de forma a complementar algo que já foi iniciado pelo colega. Isso se repete até que a folha retorne na ordem inicial. Essa técnica possibilita o desenvolvimento de competências, tais como “[...] afirmar-se, partilhar e comparar ideias, ocupar o seu espaço pessoal, obedecer às instruções ou ordens, defender as suas ideias.” (LOPES; SILVA, 2008, p. 154).

O “Grafite coletivo” pode ser implementado para diversos contextos e fins. Neste trabalho, sugerimos como uma atividade para trabalhar a temática do *bullying* escolar, o racismo e a xenofobia. Para tanto, é indicado o uso da história “*Quieres conocer a los blues?*”; história escrita por Ana Baraja e Maria José

Díaz-Aguado (DÍAZ-AGUADO, 2015), que tem em seu enredo o potencial e o propósito de favorecer a reflexão sobre os valores da tolerância, do respeito às diferenças, a sensibilidade às situações de violência, intimidação e discriminação, promover a integração das crianças, a compreensão da reciprocidade nas relações, o desenvolvimento de habilidades para resolver conflitos de modo não violento, e a importância da comunicação para resolver conflitos e superar preconceitos (MAIA, 2019).

Em um primeiro momento é recomendado que seja realizada a contação da história, que resumidamente, aborda a vida de seres azuis, que se mudam para o planeta Terra e, principalmente no ambiente escolar, passam por diversas situações de *bullying* e de discriminação, devido a suas cores. Após a contação, os estudantes são divididos em grupos, que dentro da Aprendizagem Cooperativa podem ser os de base (que são previamente organizados de modo heterogêneo), e nesses grupos eles recebem uma folha, dividida em quatro partes, para caracterizarem uma sequência da história. É essencial nesse momento que os estudantes disponham de tempo para conversar e organizar as ideias, bem como que o grupo como um todo receba materiais de uso coletivo, para estimular uma interdependência positiva de materiais. Após terminarem as atividades, os estudantes devem se sentar em um grande círculo, para mostrarem os seus desenhos e discutirem, problematizarem e refletirem sobre os aspectos presentes em cada parte, com a mediação do professor, e por fim podem compartilhar os seus trabalhos com o grupo-sala.

Por fim, outra possibilidade é a técnica “Senhas para falar” (LOPES; SILVA, 2008).

Figura 3 – Senhas para falar



Fonte: Luiz Fernando de Lima Coelho e Maria Luiza de Lima Coelho (2020).

Ela consiste em uma discussão acerca de um tema (história, problema etc.) escolhido pelo professor ou pela turma. Para isso, os estudantes são dispostos em pequenos grupos, como os de base na Aprendizagem Cooperativa, e cada um deve conter um conjunto de senhas para falar, o que pode ser um lápis, ou qualquer objeto simples. Após a exposição do tema, os estudantes começam, um por vez, a explanarem suas ideias e, para cada momento de fala, eles colocam uma senha sobre a mesa, de modo que, ninguém pode usar duas senhas seguidas, sem que os demais tenham participado, ou seja, todos devem falar em todas as rodadas. Isso se repete até que os membros do grupo encerrem suas fichas, e, assim, os estudantes, desde os mais desinibidos até os mais tímidos, possam a mesma oportunidade de fala. Tal técnica contribui para o desenvolvimento de competências como: “[...] da linguagem oral e do pensamento criativo, igual participação.” (LOPES; SILVA, 2008, p. 39).

A técnica “Senhas para falar” pode ser implantada para diferentes momentos e temáticas. Aqui a indicamos como uma atividade principal, por

meio da qual é possível realizar a construção de um código de cooperação com os estudantes, que tem por objetivos: ajudar as crianças a compreender a importância do diálogo, desenvolver habilidades básicas de comunicação, expressar o que pensa e sente, tomar consciência dos seus atos, participar das decisões da sala de aula e da escola e discutir os problemas de convivência. No código de cooperação⁷, a proposta é que os estudantes possam refletir sobre o que ajuda e atrapalha para conseguirem conviver bem na escola, no que diz respeito, a si mesmos, aos colegas e à escola. Em um primeiro momento, os estudantes refletem sozinhos sobre suas próprias atitudes e escrevem em um *post-its*, sem identificação e colam em um cartaz que pode ser fixado na lousa, ou em um espaço visível para todos. Assim, sucessivamente, com a reflexão em relação aos colegas e a escola. Após esse processo, os estudantes discutem em pequenos grupos o que foi levantado nos cartazes por meio da técnica “Senhas para falar”. Por fim, os grupos expõem para a turma as reflexões que foram suscitadas nos *post-its* e nas discussões grupais e, com base nas problemáticas levantadas mediadas pelo professor, elaboram o código de cooperação (MAIA, 2019).

Além dessas, outras técnicas e métodos da Aprendizagem Cooperativa podem ser citados, dentre os quais nos referimos àqueles que foram desenvolvidos nas séries iniciais de escolas brasileiras, e que demonstraram sua proficuidade para esse contexto (SILVA, 2016; BARBOSA, 2018; BRUNATTI, 2019), a saber: “Cabeças juntas numeradas”, “Lápis ao centro”, “Investigando em grupo”, “Tutoria entre pares”, “Cantos”, “Ensino recíproco”, “Aprendendo juntos”, “*Placemat Consensus*”, “Agrupamentos ou Filas ordenadas”, dentre outros.

Diante das técnicas apresentadas é válido ressaltar que nenhuma se limita a somente um aspecto do conhecimento, pois a aprendizagem de conteú-

⁷ Atividade inspirada em OLIVEIRA, F. C. Um estudo de caso sobre transdisciplinaridade no ensino médio. Texto não publicado. Marília, SP, 2017.

dos, competências e habilidades acontece de modo interligado e contínuo durante o processo. Assim, para além de uma aprendizagem unicamente “oral” e/ou “teórica” da Educação em Valores, os estudantes passam a ter a oportunidade de construir uma aprendizagem reflexiva, experiencial e constante, acerca da temática, de forma que lhes faça verdadeiramente sentido, e possam vivenciar e se identificar com valores sociomoraes, como os do respeito mútuo, da cooperação, da convivência democrática, da justiça, dentre outros.

Considerações finais

Com base no apresentado neste texto, é possível inferir que a estrutura de sala de aula na qual os estudantes ficam, na maior parte do tempo, em carteiras enfileiradas e espaçadas, não tem favorecido as interações entre pares e nem os benefícios que delas decorrem, tais como: conhecimento de si e do outro, desenvolvimento do respeito mútuo e de habilidades necessárias para resolução de conflito de forma respeitosa e empática. Diante disso, é importante se pensar em práticas que contribuam para o desenvolvimento da autonomia moral dos estudantes, pois a escola é um espaço muito propício para que essas interações sociais ocorram, além do fato de que os membros da comunidade escolar, intencionalmente ou não, exercem uma influência importante na formação dos valores dos estudantes.

Nesse sentido, o intuito deste trabalho foi apresentar a Aprendizagem Cooperativa como possibilidade para se trabalhar a Educação em Valores Sociomoraes na escola, visto que, com sua estrutura de trabalhos em grupos, que prioriza a heterogeneidade, a cooperação, as discussões e as interações, propicia oportunidades constantes para o desenvolvimento de sujeitos autônomos e críticos, que saibam debater ideias e pontos de vista, bem como respeitar

os outros. Contudo, a implementação da Aprendizagem Cooperativa possui algumas limitações, a começar pela escassa produção de pesquisas nacionais acerca dessa temática, em especial na Educação Básica, como expôs o estudo de Barbosa (2018). Outra limitação, mais relacionada ao desenvolvimento das técnicas da Aprendizagem Cooperativa, é o espaço físico, que necessita de certa flexibilidade para ser modificado constantemente, a fim de que os estudantes possam trabalhar em diferentes configurações, como duplas, grupos pequenos ou grupo-sala, conforme demandar as técnicas. A falta de materiais também é um fator que limita a Aprendizagem Cooperativa, pois, a ausência de objetos básicos como lápis de lição e de cor, papéis, cartolinas e tesoura, impossibilitam o desenvolvimento de técnicas, como, por exemplo, o Grafite Coletivo.

Além das limitações anteriormente citadas, é possível ainda pontuar algumas implicações para o desenvolvimento da Aprendizagem Cooperativa, como a necessidade de um planejamento sistematizado e fundamentado, por meio do qual o professor precisa ter clareza sobre os métodos e técnicas que podem ser aplicados em sua sala de aula, assim como dos princípios que os embasam, a fim de atender às necessidades dos estudantes e alcançar os objetivos almejados. Ademais, no decorrer desse processo, faz-se necessário que o professor exerça uma reflexão crítica acerca da sua postura, que deve ser democrática, respeitosa e cooperativa, e das práticas realizadas para, a partir disso, avaliar as adaptações que precisam e podem ser feitas. Outra implicação diz respeito ao excesso de barulho apresentado pelos estudantes no início da implementação da Aprendizagem Cooperativa, uma vez que, em geral, eles ainda não estão acostumados a manter um baixo nível de ruído enquanto trabalham em grupos, contudo, no decorrer do processo, isso é amenizado, em decorrência do desenvolvimento da autorregulação e do respeito mútuo. Mais uma implicação se refere ao tempo disponível para a organização física da sala e para o de-

envolvimento das atividades, que precisa ser sempre pensado e adaptado, conforme a rotina da turma e os conteúdos a serem trabalhados, a fim de que nada seja feito de forma apressada e/ou incompleta. Acerca do nível do ruído e do tempo para as atividades, é importante ressaltar o papel do guardião do volume e do guardião do tempo, que auxiliam diretamente na autorregulação do grupo.

Outro aspecto importante a ser ressaltado, que diz respeito aos alcances e ao mesmo tempo limites na implantação da Aprendizagem Cooperativa, é que quando restrita ao trabalho de um professor, em uma turma em específico, e não uma proposta coletiva em que haja a adesão de toda a comunidade escolar, seus efeitos são mais demorados e restritos, uma vez que não se apresenta como um objetivo comum na escola e um componente de sua cultura.

Quanto às críticas diretas à Aprendizagem Cooperativa, devido ao fato de ser uma temática relativamente nova, ao menos no contexto brasileiro, ainda não encontramos registros sobre. Mas, certamente é possível inferir que os pesquisadores e educadores que compactuam com uma pedagogia autoritária e transmissiva, discordariam dessa metodologia de ensino e aprendizagem, visto que ela defende as interações como um dos fatores promotores de desenvolvimento, em que o conhecimento é construído em parceria com os colegas; defende ainda a descentralização da figura do professor, assim como uma Educação mais democrática, que incentiva a autonomia intelectual e moral dos estudantes.

Por fim, mesmo diante das limitações que o presente artigo apresenta, por não ser resultado direto de pesquisas empíricas, e se restringir a descrição e análise de algumas técnicas da Aprendizagem Cooperativa, trazemos também como contribuição a reflexão de que mais do que um ensino teórico,

são necessárias vivências contínuas que demonstrem e ensinem na prática o que é respeito mútuo, e a importância dele para a vida em comunidade. Bem como apontamos para a importância de se privilegiar as relações interpessoais, dentro e fora do ambiente escolar, pois, ainda que acarretem conflitos, esses são necessários para compreensão de outros pontos de vista, e também para uma autoanálise dos próprios conceitos e ideias. Assim, em contraposição a uma Educação que prive os estudantes da interação entre si, que priorize um ambiente autoritário e ressalte os estereótipos, a competição, o individualismo, e, por conseguinte, promova desigualdades, faz-se imprescindível a implantação de metodologias como a Aprendizagem Cooperativa, a fim de valorizar as diferenças, as interações, a cooperação e o desenvolvimento do ser autônomo e crítico.

Referências

ARAÚJO, U. F. Resolução de conflitos e assembleias escolares. **Cadernos de Educação**. UFPEL, Pelotas. n. 31, p. 115-131, jul/dez, 2008. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/fae/caduc/downloads/n31/06.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

ARAÚJO, U. F. A construção social e psicológica dos valores. In: ARAÚJO, U. F.; PUIG, J. M. P.; ARANTES, V. A. (Org.). **Educação e valores: pontos e cotrapontos**. São Paulo: Summus, 2007. p. 17-64.

BARBOSA, L. M. **As principais contribuições da Aprendizagem Cooperativa no Ensino Fundamental brasileiro: uma pesquisa bibliográfica**. 2018. 107 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018.

BECKER, F. **Educação e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BELLO, M. M. S. **A Aprendizagem Cooperativa como uma proposta didático-metodológica nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. Dissertação (Mestrado em Docência na Educação Básica). Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. (1^a a 4^a série) Brasília: MEC/SEF, 1997. p. 61-62.

BRUNATTI, C. C. R. M. **Contribuições da aprendizagem cooperativa na escola pública: uma experiência no primeiro ano do ensino fundamental**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2019.

DEUS, A. F. B. **Desenvolvimento de habilidades sociais por meio de aprendizagem cooperativa de conteúdos matemáticos no Ensino Fundamental**. Dissertação (Mestrado em Ciências – Programa de Mestrado Profissional em Projetos Educacionais de Ciências). Escola de Engenharia de Lorena, Universidade de São Paulo, 2017.

DEVRIES, R.; ZAN, B. **A ética na educação infantil: o ambiente sócio-moral na escola**. Trad. Dayse Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

DEWEY, J. **Democracia e educação: introdução à filosofia da educação**. Trad. Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

DÍAZ-AGUADO, M. J. **Da violência escolar à cooperação na sala de aula**. Trad. Neide S. Fagionatto. Adaptação: Alessandra de Moraes e Flávia Vivaldi. Americana: Adonis, 2015.

DÍAZ-AGUADO, M. J. **Del acoso escolar a la cooperación en las aulas**. Madrid, España: Pearson Educación, 2006.

DURAN, D. **Utilizando el trabajo en equipo. Estructurar la interacción a través de métodos y técnicas**. In: TORREGO, J. C.; NEGRO, A. (coord.). Aprendizaje cooperativo en las aulas: fundamentos y recursos para su implantación. Madrid: Alianza, 2012. p. 139-164.

ECHEITA, G. **El aprendizaje cooperativo al servicio de una educación de calidad. Cooperar para aprender y aprender a cooperar**. In: TORREGO, J. C.; NEGRO, A. (coord.). Aprendizaje cooperativo en las aulas: fundamentos y recursos para su implantación. Madrid: Alianza, 2012. p. 21-44.

FUSCO, J. F. G. **Aprendizagem cooperativa: práticas inclusivas da Educação infantil ao Ensino Fundamental**. Dissertação (Mestrado em Docência para a Educação Básica). Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2017.

FREITAS, L. **A moral na obra de Jean Piaget: um projeto inacabado**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GOUVÊA, M. S. B. **A aprendizagem cooperativa nas aulas de matemática: uma experiência nas turmas de 8º e 9º anos**. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Exatas). Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, 2012.

JOHNSON, D. W.; JOHNSON, R. T.; STANNE, M. B. **Cooperative learning methods: a meta-analysis**. Minneapolis, Minnesota, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/220040324_Cooperative_learning_methods_A_meta-analysis. Acesso em: out 2016.

JOHNSON, D. W.; JOHNSON, R. T.; HOLUBEC; E. J. **El aprendizaje cooperativo en el aula**. Trad. Gloria Vitale. Barcelona: Paidós, 1999.

LA TAILLE, Y. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LOPES, J.; SILVA, H. S. **Métodos de Aprendizagem Cooperativa para o jardim da infância**. Lisboa: Areal Editores, 2008.

LOPES, J.; SILVA, H. S. **Aprendizagem Cooperativa na sala de aula: Um Guia Prático para o Professor**. Lisboa: Lidel – Edições Técnicas, Lda, 2009.

MAIA, F. N. O. **“Professora, por que os animais se respeitam e os humanos não?” a convivência ética pede passagem: educação em valores em terceiros anos do período integral de uma escola pública**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2019.

MAGIONI, D. C. P. **Aprendizagem cooperativa na prática artística em crianças e adolescentes com altas habilidades/superdotação**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2018.

MORAIS, M. L. **Limites e possibilidades da psicologia genética no aspecto do desenvolvimento moral para a aprendizagem cooperativa**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2019.

PIAGET, Jean. **Relações entre a Afetividade e a Inteligência no Desenvolvimento Mental da Criança**. SALTINI, C. J. P.; CAVENAGHI, D. B. (Org. e Trad. Original). Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014. (Original publicado em 1954).

PIAGET, J. **Observações psicológicas sobre o trabalho em grupo.** In: PARRAT-DAYAN, S.; TRYPHON, A. (org.). Jean Piaget. Sobre a Pedagogia. Textos Inéditos. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. p. 137-151. (Originalmente publicado em 1935).

PIAGET, J. **O juízo moral na criança.** Trad. Elzon Lenardon. 4. ed. São Paulo: Summus, 1994. (Originalmente publicado em 1932).

PIAGET, J.; INHELDER, B. A. A Psicologia da criança. Trad. Octavio Mendes Cajado. 2. Ed. Rio de Janeiro: Difel, 2006. (Originalmente publicado em 1968).

PUIG, J. M. **Práticas Morais** – uma abordagem sociocultural da Educação Moral. Trad. Cristina Antunes. São Paulo: Editora Moderna, 2004.

ROSSE, C. G. **Avaliação de estratégias cooperativas de ensino a partir de um jogo de tabuleiro que aborda as causas da obesidade.** Dissertação (Mestrado em Ensino em Biociências e Saúde). Instituto Oswaldo Cruz, 2016.

SILVA, C. B. **Aprendizagem Cooperativa no contexto da sala comum:** a análise da evolução psicogenética da língua escrita de alunos com deficiência intelectual. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, 2016.

SLAVIN, R. **Aprendizaje Cooperativo:** teoria, investigación y práctica. Trad. Miguel Wald. Buenos Aires: Aique, 1999.

VINHA, T. P.; TOGNETTA, L. R. P. Construindo a autonomia moral na escola: os conflitos interpessoais e a aprendizagem dos valores. **Rev. Diálogo Educacional.** Curitiba, v. 9, n. 28, p. 525-540, set/dez, 2009.

Recebido em:21/05/2020
Aprovado em:02/10/2020